Contas públicas Longe do foco

Calamidade no RS é usada para avançar com pacote de gastos

Propostas em discussão no Congresso vão de antecipação de emendas para outros Estados a perdão de dívidas de agricultores e volta do auxílio emergencial

DANIEL WETERMAN
ROSEANN KENNEDY
MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

Em meio à calamidade provocada pelas chuvas no Rio Grande do Sul, um pacote de medidas para aumentar despesas, liberar emendas parlamentares para outros Estados e beneficiar setores para além do território gaúcho começou a ganhar corpo no Congresso Nacional. Até a volta do auxílio emergencial para vítimas de desastres – e não restrito às chuvas no Sul do País – foi proposta pelos congressistas.

O auxílio seria parecido com o pago para trabalhadores informais e desempregados durante a pandemia de covid-19, que custou R$ 233,61 bilhões. Dois parlamentares apresentaram projetos nesse sentido: o deputado Domingos Sávio (PL-MG) e o senador Alessandro Vieira (PSDB-SE). As duas propostas contemplariam atingidos por calamidades para além da situação dos gaúchos, mas não há apoio do governo para a mudança.

Também foi apresentado projeto que prorroga o pagamento de crédito rural e anistia a dívida de pequenos produtores que tenham perdido a lavoura em todo o território nacional (*mais informações na pág. B2*).

Articulação
Texto na CMO impõe prioridade a emendas a municípios em situação de emergência no País

Até o momento, todo o dinheiro que o governo gastou para socorrer as vítimas das enchentes já estava aprovado no Orçamento, mas a situação pode levar a um crescimento de despesas, que ainda não tem impacto calculado. "Na lama da tragédia do Rio Grande do Sul, chafurda o populismo fiscal, com seus parlamentares que nada investiram nas contenções e manutenções, e agora clamam por emendas Pix e auxílios emergenciais em ano eleitoral", diz a economista e professora da FGV Carla Beni.

A emenda Pix é um recurso indicado por deputados e senadores sem vinculação com obras e serviços específicos. O dinheiro cai diretamente na conta de prefeituras e governos estaduais e pode ser usado livremente. Diferentemente de outras modalidades, o recurso é repassado antes do início de qualquer obra.

O governo anunciou que vai antecipar o pagamento de emendas Pix para municípios gaúchos, mas uma proposta apresentada ontem na Comissão Mista de Orçamentos (CMO) do Congresso foi além e impôs prioridade para o pagamento dessas emendas a todos os municípios em calamidade e em situação de emergência em saúde pública no País.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que o governo vai liberar R$ 1,3 bilhão em emendas para o Rio Grande do Sul, incluindo R$ 480 milhões em emendas Pix já aprovadas no Orçamento. Apesar do texto amplo, ele reforçou que o pagamento antecipado vai ser direcionado para o Estado gaúcho. ●

MUDANÇA NA LDO ABRE BRECHA PARA PRIORIZAR EMENDAS A 10 ESTADOS. PÁG. B2

pressreader
PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER
PRESSREADER.COM + +1 604 278 4604
COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW